

Contabilidade Ambiental

Afonso Rodrigo de David

Resumo:

O artigo visa discutir a abrangência do campo de atuação da contabilidade ambiental e demonstrar quais as contribuições que podem ser dadas pela ciência contábil, para conceder transparência ao desempenho ambiental das empresas. Com as crescentes exigências dos consumidores que cada vez mais buscam valorizar empresas ambientalmente corretas, é importante que a contabilidade como ciência que tem por objeto o patrimônio e que em seu objetivo o controle deste, possa subsidiar com melhores informações os gestores a fim de manter ou aumentar a competitividade da empresa. Questões como auditoria ambiental, passivos ambientais e ativos ambientais, precisam ainda muito ser discutidas para que se possa tomar as melhores decisões dentro das empresas; decisões estas que não visem apenas o lucro, mas o desenvolvimento sustentável. É preciso que os gestores não esqueçam que este é ao menos por enquanto o único lugar disponível para vivermos, e que a ganância financeira de nada valerá se não tivermos onde desfrutar dos proveitos obtidos.

Área temática: *Gestão Ambiental Baseada em Custos*

TRABALHO 094

CONTABILIDADE AMBIENTAL

Resumo

O artigo visa discutir a abrangência do campo de atuação da contabilidade ambiental e demonstrar quais as contribuições que podem ser dadas pela ciência contábil, para conceder transparência ao desempenho ambiental das empresas. Com as crescentes exigências dos consumidores que cada vez mais buscam valorizar empresas ambientalmente corretas, é importante que a contabilidade como ciência que tem por objeto o patrimônio e que em seu objetivo o controle deste, possa subsidiar com melhores informações os gestores a fim de manter ou aumentar a competitividade da empresa. Questões como auditoria ambiental, passivos ambientais e ativos ambientais, precisam ainda muito ser discutidas para que se possa tomar as melhores decisões dentro das empresas; decisões estas que não visem apenas o lucro, mas o desenvolvimento sustentável. É preciso que os gestores não esqueçam que este é ao menos por enquanto o único lugar disponível para vivermos, e que a ganância financeira de nada valerá se não tivermos onde desfrutar dos proveitos obtidos.

Palavras-chaves: Contabilidade, custos, meio-ambiente.

Introdução

A Contabilidade é conhecida como um sistema de informações formal e estruturado, tendo como um dos objetivos principais fornecer a informação para o controle do patrimônio, a avaliação de desempenho e a tomada de decisão. Para isto, precisa de um corpo de conceitos e de uma metodologia que possam representar, de modo objetivo, os eventos econômicos ocorridos na empresa.

O ambiente em que esses eventos estão ocorrendo está sendo interferido por variáveis que não eram objeto de classificação conceitual e metodológica da contabilidade, como é o caso da questão ambiental. Faz-se necessário que a Contabilidade, como instrumento de informações para a tomada de decisões, possa desenvolver e incorporar, em seus conceitos e métodos, formas de registrar e mensurar os eventos econômicos relativos ao meio ambiente.

Gestão Ambiental Baseada em Custos

CONTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa e a questão ambiental

A questão ambiental está se tornando, cada vez mais, matéria obrigatória das agendas dos executivos. A internacionalização dos padrões de qualidade ambiental, descritos na série ISO 14000, a globalização dos negócios, a conscientização crescente dos atuais consumidores e a disseminação da educação ambiental nas escolas permitem antever que a exigência futura que os consumidores farão em relação à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida deverá intensificar-se.

A primeira dúvida que surge quando consideramos a questão ambiental do ponto de vista empresarial é sobre o aspecto econômico. Qualquer providência que venha a ser tomada em relação à variável ambiental, gera a idéia de aumento de despesas e conseqüentemente de custos para os produtos.

Mesmo assim, as organizações deverão incorporar a variável ambiental no aspecto de seus cenários e na tomada de decisão, mantendo, com isso, uma postura responsável de respeito à questão ambiental. Empresas experientes identificam resultados econômicos e resultados estratégicos do engajamento da organização na causa ambiental. Estes resultados não se viabilizam de imediato, há necessidade de que sejam corretamente planejados e organizados todos os passos para a interiorização da variável ambiental na organização para que ela possa atingir o conceito de excelência ambiental, trazendo, com isso, vantagem competitiva. Vários autores nos colocam alguns passos necessários para que a empresa atinja a excelência ambiental. Eles podem ser resumidos nos seguintes:

- ✓ Desenvolva e publique uma política ambiental.
- ✓ Estabeleça metas e continue a avaliar os ganhos.
- ✓ Defina claramente as responsabilidades ambientais de cada uma das áreas e do pessoal administrativo.
- ✓ Divulgue interna e externamente a política, os objetivos e metas e as responsabilidades.
- ✓ Obtenha recursos adequados.
- ✓ Eduque e treine seu pessoal
- ✓ Informe os consumidores e a comunidade.
- ✓ Acompanhe a situação ambiental da empresa
- ✓ Faça auditorias e relatórios.
- ✓ Acompanhe a evolução da discussão sobre a questão ambiental.
- ✓ Contribua para os programas ambientais da comunidade
- ✓ Invista em pesquisa e desenvolvimento aplicado à área ambiental.

- ✓ Ajude a conciliar os diferentes interesses existentes entre todos os envolvidos: empresa, consumidores, comunidade, acionistas, etc.

A primeira dúvida que surge quando consideramos a questão ambiental do ponto de vista empresarial é sobre o aspecto econômico. Qualquer providência que venha a ser tomada em relação à variável ambiental, gera um conseqüente acréscimo dos custos do processo produtivo.

Algumas empresas, porém, têm demonstrado que é possível ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente mesmo não sendo uma organização que atua no chamado 'mercado verde', desde que as empresas possuam certa dose de criatividade e condições internas que possam transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios.

Neste contexto de oportunidades, tem-se a reciclagem de materiais, que tem trazido uma grande economia de recursos para as empresas; o reaproveitamento dos resíduos internamente ou sua venda para outras empresas, o desenvolvimento de novos processos produtivos com a utilização de tecnologias mais limpas; o desenvolvimento de novos produtos para um mercado, cada vez maior, de consumidores conscientizados com a questão ecológica, geração de materiais de grande valor industrial a partir do lodo tóxico, estações portáteis de tratamento, mini-usinas para uso de pequenas empresas e o aparecimento de um mercado de trabalho promissor ligado à variável ambiental que deverá envolver auditores ambientais, gerentes de meio ambiente, advogados ambientais, bem como o incremento de novas funções técnicas específicas.

Posicionamento da Empresa em Relação à Questão Ambiental

Para a avaliação correta da posição da empresa há a necessidade de considerar as seguintes variáveis:

Ramo de atividade da empresa: pode ser considerado, à primeira vista, o indicador mais importante da ameaça que a organização pode causar ao meio ambiente e dos custos que se fazem necessários para atender às exigências da regulamentação ambiental. Os setores industriais mais poluentes, de acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, são: as indústrias químicas de papel e celulose, de ferro e aço, de metais não-ferrosos (por ex: alumínio), de geração de eletricidade, de automóveis e de produtos alimentícios.

Produtos: a empresa é conceituada pelos produtos que fabrica. Portanto, produtos obtidos de matérias-primas renováveis ou recicláveis, que não agredem o meio ambiente e que têm baixo consumo de energia, devem ter a preferência das organizações engajadas na causa ambiental.

Processo: os objetivos para um processo ser considerado ambientalmente amigável são: poluição zero; nenhuma produção de resíduos, nenhum risco para os trabalhadores, baixo consumo de energia; e eficiente uso dos recursos.

Conscientização ambiental: as empresas que não são conscientizadas em relação à causa ambiental podem ser pegadas de surpresa pelos concorrentes que eventualmente já incorporam essa variável em seu processo de tomada de decisão e na avaliação de seus cenários, e que poderão tirar vantagens desse seu pioneirismo.

Padrões ambientais: quanto maior a pressão social, mais restrita é sua legislação ambiental. Nos países onde as restrições ambientais são mais severas como Japão, Alemanha, Suécia, etc., suas organizações desenvolveram excelentes oportunidades de novos negócios, relacionados com a questão ambiental e atualmente estão, inclusive, exportando *know-how* para outros países.

Comprometimento gerencial: este comprometimento dissemina, no seio da organização, a formação de um clima propício ao surgimento de esquemas e círculos de qualidade ambiental, bancos de sugestões, auditorias, etc., que se traduzem em uma contínua busca de melhorias.

Capacitação do pessoal: o comprometimento com a preservação do meio ambiente exige que a empresa enfrente, eficientemente, este desafio. Baixos níveis de poluição podem estar ligados a novos equipamentos, tecnologias mais novas que podem provocar mudanças nos processos e produtos. Além dos investimentos em novas máquinas, instalações e equipamentos, tal posição implica a existência de um pessoal competente e treinado que seja capaz de transformar os planos idealizados em ações efetivas e eficazes.

Capacitação da área de P&D: as empresas que são orientadas ambientalmente têm demonstrado ser capazes de antecipar e reagir rapidamente às mudanças do mercado e à legislação ambiental. Portanto, as organizações que possuem, na área de P&D, equipes flexíveis e criativas, que se caracterizam por ciclos curtos de desenvolvimento de processos e produtos e que estão atualizadas com as informações sobre novas tecnologias, podem, não só, viabilizar a causa ambiental internamente, mas também transformar este *know-how* em atividades de consultoria para outras empresas, desenvolvendo, dessa forma, grandes oportunidades de negócios.

Capital: a empresa não sabe se os investimentos realizados com a questão ambiental serão rentáveis, pois, muitas vezes, pode levar muito tempo para conseguir o retorno desse investimento. Como o retorno do investimento não pode ser previsto em termos determinísticos, sempre haverá necessidade de aporte de capitais próprios ou de terceiros para que a empresa se integre na causa ambiental. Para minimizar estes impactos, as empresas poderão negociar com órgãos governamentais, resultando em cronogramas mais amplos, podendo viabilizar, ao longo do tempo, objetivos difíceis de serem alcançados no curto prazo.

Como deveria ser a contabilidade ambiental

A Contabilidade, vista como um sistema de informação da situação e da evolução patrimonial, econômica e financeira da empresa, deve incluir, em seus relatórios, todos os dados relacionados ao meio ambiente, facilitando o acesso a mais esta informação ao seu grande número de usuários, auxiliando-os no processo de tomada de decisão.

O Contador deve participar, de forma ativa, neste processo de planejamento, avaliação e controle das questões ambientais, registrando e divulgando as medidas adotadas e os resultados alcançados.

Sob este aspecto, a informação abrangeria os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes, despesas do exercício em curso ou obrigações contraídas em prol do meio ambiente, como também as medidas empreendidas para recuperação e preservação do mesmo; assim, a contabilidade estaria cumprindo sua função social ao refletir as ações da empresa que visem a estes objetivos.

É importante ressaltar que se o contador ficar ausente nesse processo pode resultar em uma omissão de sua maior responsabilidade, que é fornecer informações aos mais diversos usuários, e que, se não cumprida, será realizada por profissional de outra área.

É interessante verificar a evolução das exigências com relação à divulgação de informações sobre o que a empresa esteja gastando ou sendo obrigada a gastar na forma de investimentos ou de despesas com relação ao controle do meio ambiente; mais do que uma contabilidade de gastos ambientais. Essa “tomada de contas” dos gastos com o meio ambiente parece estar tomando corpo nas sociedades de inúmeros países de várias regiões do mundo.

O que dificulta a evolução da Contabilidade Ambiental é a resistência dos empresários em reconhecer sua responsabilidade perante a sociedade, dado que isto viria a onerá-los.

Aplicação dos Procedimentos Contábeis

As informações não-financeiras das atividades da empresa relacionadas com o meio ambiente, como: sobre o produto, sua utilidade, como interfere ou interage junto ao meio ambiente e o destino dado ao seu resíduo final pelos consumidores podem ser apresentadas no Relatório da Administração ou no Balanço Social.

Quanto ao Relatório da Administração, recomenda-se que devem ser incluídas as seguintes informações:

- ✓ as classes de questões ambientais que se aplicam à empresa e ao seu ramo de atividades,

- ✓ as medidas e programas formalmente estabelecidos pela empresa com relação às iniciativas de proteção do meio ambiente,
- ✓ as melhorias introduzidas em grau de importância, desde que se adotaram as medidas nos últimos anos;
- ✓ as metas em matérias de emissão de poluentes em que a empresa se tem fixado e o resultado alcançado;
- ✓ o resultado da empresa nas medidas de proteção do meio ambiente por imposição legal;
- ✓ os efeitos financeiros e operacionais das medidas de proteção ao meio ambiente sobre os gastos de capital no atual exercício e a provisão em exercícios futuros.

Já no Balanço Social são apresentados, em geral, os resultados do desempenho social da empresa e avaliadas as relações ocorridas entre esses resultados e a sociedade. As informações de natureza social apresentadas no Balanço Social, tais como níveis de emprego, relações e formações profissionais, condições de higiene e segurança no trabalho, proteção ao meio ambiente e distribuição da riqueza criada pela empresa, complementam as tradicionais demonstrações contábeis.

As informações de natureza financeira relativas ao meio ambiente podem, facilmente, ser divulgadas no corpo das atuais demonstrações contábeis, de forma segregada dos demais itens referentes à atividade operacional da empresa. Fazem parte desse conjunto de informações os elementos de custos, despesas, bens permanentes e obrigações decorrentes do processo de proteção e recuperação do meio ambiente.

O Balanço Social pode, às vezes, comportar informações físicas e monetárias. Os reportes entre dados físicos e dados monetários devem permitir acumular, ao menos parcialmente, as insuficiências em matéria de avaliação. A colocação, em paralelo, dos dois sistemas de dados permite evidenciar os custos específicos que representam os investimentos antipoluição, segundo os setores.

Custos e Despesas

O Princípio do Confronto das despesas com as Receitas nos seus respectivos períodos contábeis está definido da seguinte forma; "Toda despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas, em determinado período, com as mesmas deverá ser confrontada; os consumos ou sacrifícios de ativo (atuais ou futuros) realizados em determinado período e que não puderem ser associados à receita do período nem às dos períodos futuros, deverão ser descarregados como despesa do período em que ocorrerem".

Despesas, em sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas. Note que a despesa pode referir-se a gastos efetuados no passado, no presente ou que serão realizadas no futuro. De forma geral,

podemos dizer que o grande fato gerador de despesas é o esforço continuado para produzir receita.

Portanto, despesas são os recursos consumidos na forma de bens ou serviços necessários à produção de receitas em um dado período, independente da forma ou do momento do desembolso.

Estes recursos, necessários à obtenção de receitas, são tradicionalmente divididos entre custos e despesas. Será adotado o conceito genérico de que custos são aqueles relacionados ao processo de produção, enquanto despesas são aquelas relativas à administração da empresa como um todo.

Os custos e despesas destinados à preservação ambiental ocorrem em conexão com o processo produtivo e/ou em decorrência deste; portanto, devem ser destacados em grupo específico da Demonstração de Resultado do Exercício e compor-se de custos de insumos e de mão-de-obra necessários à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, bem como da amortização dos gastos capitalizados, além das taxas de preservação ou multas impostas pelas legislações ambientais.

São considerados custos e despesas ambientais, o valor dos insumos, mão-de-obra, amortização de equipamentos e instalações necessários ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados. Para reconhecimento desses gastos, observam-se dois aspectos:

- ✓ os gastos necessários à recuperação e reparação de danos causados ao meio ambiente têm o seu fato gerador em momentos passados. Esses gastos devem ser contabilizados no exercício em que têm início as atividades de recuperação; é necessário trabalhar para o devido provisionamento durante o período da produção responsável pelos danos a serem reparados; e
- ✓ os gastos para preservação, redução ou eliminação da poluição que ocorre simultaneamente ao processo produtivo; estes devem ser alceados como custos necessários à produção da receita do período, segregadamente.

Têm-se, ainda, os custos prévios que devem ser alceados, ainda que de forma aproximada, ao processo produtivo ou período que irão beneficiar. Estes custos poderiam ser apurados em decorrência da aplicação concreta de meios para evitar ou diminuir a poluição em períodos posteriores, ou por meio de estimativas dos custos que seriam necessários à correção dos efeitos dos poluentes produzidos, cujo fato gerador fosse pertinente ao exercício em curso.

Outro tipo de custo, são os de estudos para avaliar as características geográficas da área afetada, composição e extensão dos poluentes produzidos, materiais

e tecnologias, além da extensão de tempo necessário à realização dos trabalhos. Como estes estudos são elaborados previamente, os custos podem ser alçados aos períodos pertinentes com a evolução do estudo, ao passo que, quando realizados em função de prejuízos já causados, seus custos seriam alçados aos resultados do período em curso.

O custo decorrente do monitoramento da recuperação ou preservação ambiental que existe simultaneamente à atividade econômica explorada, e, portanto, deveria ser regularmente contabilizado, segregadamente, em contrapartida aos rendimentos obtidos no período. Hoje, é comum às indústrias extrativistas, nucleares e de exploração de carvão e óleo.

Ativos ambientais

Um ativo é um recurso controlado por uma empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa, por exemplo: redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações, ou ainda, conservação do meio ambiente. Esse tipo de gasto deve ser capitalizado, na forma de imobilizado ou diferido, se atender aos critérios de reconhecimento como um ativo, para apropriação nos períodos em que gere benefícios econômicos futuros.

Portanto, ativos ambientais são todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental e devem ser segregados em linha à parte no Balanço Patrimonial, para permitir ao usuário melhor avaliação das ações ambientais da empresa. São ativos ambientais:

Estoques: são os insumos em almoxarifado adicionáveis ao processo produtivo para eliminar, reduzir, controlar os níveis de emissão de resíduos, ou materiais para recuperação ou reparos de ambientes afetados.

Imobilizado: os investimentos realizados na aquisição de bens que viabilizam a redução de resíduos poluentes durante o processo de obtenção de receitas e cuja vida útil se prolongue além do término do exercício social, como, por exemplo: máquinas, equipamentos, instalações, etc.

Diferido: investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no longo prazo, que, quando estes puderem ser claramente relacionados com receitas futuras de períodos específicos.

Provisão para desvalorização: os ativos tangíveis e intangíveis, particularmente os não-monetários, estão sujeitos à ação ambiental. Conseqüentemente, seus valores podem sofrer alterações por ganho ou perda do valor econômico, alterando o real potencial econômico da empresa. Portanto, para qualquer elemento do ativo tangível que tenha a extinção de sua vida útil acelerada ou a direta redução de seu valor econômico, no caso de terrenos ou estoques, em função de alterações do meio ambiente,

deveria ser constituída, de forma segregada, uma conta de provisão para registrar sua desvalorização, evidenciando-se nas notas explicativas sua origem e natureza.

Goodwill: Diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração de lucros futuros, e o valor econômico dos seus ativos. Evidenciaria o potencial econômico da empresa não registrado pela contabilidade, mas que seria incluído no preço em uma negociação de venda. O *goodwill* poderá se formar a partir da expectativa de lucros acima do que seria normal em decorrência de reputação com os clientes, fornecedores, empregados, comunidade, vantagens quanto à localização, *know-how*, etc. Este item pode ter seu valor econômico alterado em função do comportamento da empresa, no que se refere ao meio ambiente, ou pela ação deste sobre a mesma.

Passivos Ambientais

Passivos ambientais referem-se, a benefícios econômicos que serão sacrificados em função de obrigação contraída perante terceiros para preservação e proteção ao meio ambiente. Têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem constituir-se em despesas do período atual ou anteriores, aquisição de bens permanentes, ou na existência de riscos de esses gastos virem a se efetivar (contingências).

Despesas do Exercício Atual: os passivos ambientais que se originam em despesas (insumos ou serviços necessários à realização do processo de recuperação, totalmente consumidos) devem ser contabilizados em contrapartida a uma conta de resultado à medida que o fato gerador ocorre.

Resultados de Exercícios Anteriores: o passivo ambiental poderá decorrer de eventos passados. Tratando-se de fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (a recuperação de áreas poluídas, por exemplo), a contrapartida dos ajustes também deveria ser feita diretamente à conta de resultado do exercício em curso, dado que os resultados de exercícios anteriores só devem ser alterados em função de mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinados exercícios anteriores. Estudos técnicos devem ser feitos abrangendo as características originais, estado atual e localização geográfica da área afetada. A empresa poderia proceder a um levantamento do montante de gastos a realizar, elaborando um plano de viabilização para execução do empreendimento, sendo estes reconhecidos por meio de provisões contábeis às exigibilidades envolvidas.

Ativos Permanentes de Natureza Ambiental: os bens adquiridos, que são classificados no ativo permanente, podem originar passivo ambiental, em contrapartida a um ativo ambiental. Isto pode acontecer quando o processo de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente exigir a aquisição de equipamentos e instalações, que seriam utilizados por períodos superiores ao exercício em curso. Esses equipamentos podem ser utilizados na recuperação da área afetada ou, também, no monitoramento pré e pós-realização do trabalho.

Riscos Ambientais Potenciais: quando correlacionados com riscos e incertezas a que a empresa está sujeita, os passivos ambientais adquirem as características das contingências, podendo decorrer de três situações:

- ✓ iniciativa própria: quando a empresa antecipa, por iniciativa própria, as ações de terceiros ou da legislação ambiental, como eventos passados, presentes ou futuros, reconhecendo suas obrigações.
- ✓ reivindicações de terceiros: os passivos ambientais, advindos de reivindicações de terceiros poderiam merecer tratamentos similares. As indenizações financeiras de restauração de bens podem ser requeridas pela comunidade externa em decorrência de prejuízos sofridos em função das atividades operacionais da empresa.
- ✓ exigibilidade das legislações ambientais: os órgãos competentes poderão verificar o grau de responsabilidade da empresa quando esta opera de forma irregular, não obedecendo aos padrões ambientais estabelecidos, resultando em penalidades.

Fusão, Cisão, Incorporação, Venda e Privatização: o valor do passivo ambiental de uma empresa tem sido objeto de grande importância para o processo de tomada de decisões (sendo questionado com frequência), e sua evidenciação exigida por um número cada vez maior de usuários.

Instituições Financeiras: as instituições financeiras estão atentas, também, ao passivo ambiental das empresas. Em países mais desenvolvidos, evitam até conceder empréstimos àquelas que apresentam qualquer risco potencial ao meio ambiente.

Notas explicativas

As notas sobre a política contábil devem descrever as normas adotadas para contabilizar as medidas de proteção do meio ambiente. São referentes principalmente:

- ✓ ao reflexo nas operações do montante relacionado com as medidas ambientais;
- ✓ à origem do financiamento e à política de amortização;
- ✓ à consignação dos passivos;
- ✓ à criação de provisões e de reservas para atender a casos de acidentes ecológicos;
- ✓ à divulgação da informação sobre passivos ambientais;
- ✓ ao critério aplicado às subvenções oficiais.

Por intermédio do grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Informação, a ONU vem realizando vários estudos e discutindo sobre normas e procedimentos contábeis ao meio ambiente. Quanto às Notas Explicativas, é recomendada a inclusão das políticas contábeis

adotadas para a mensuração da proteção ambiental, sendo as seguintes as principais informações:

- ✓ inclusão nas despesas operacionais;
- ✓ capitalização e amortização;
- ✓ registro das exigibilidades;
- ✓ estabelecimento de provisões e reservas para contingências;
- ✓ evidenciação das obrigações contingentes, seguro contra danos e prejuízos; e
- ✓ tratamento dos subsídios e incentivos (governamentais e outros).

Quando se tratar de valores materiais, recomenda-se evidenciar:

- ✓ o total capitalizado e o total, acumulado, juntamente com uma descrição das medidas a que se relacionam;
- ✓ o total dos gastos, subdivididos em contas representativas do tratamento de líquido, ar, gases, sólidos, análise e controles, reciclagens, etc.;
- ✓ efeitos do Imposto de Renda e seus reflexos na época de realização dos dispêndios na área ambiental; e
- ✓ o total dos subsídios e incentivos, governamentais ou não, recebidos no período para proteção ambiental, juntamente com sua contrapartida.

Relatório da Administração

No Relatório da Administração, que se ocupa em examinar e analisar a gestão, a ONU recomenda o seguinte conteúdo:

- ✓ o tipo de resíduo e seus impactos relativos às operações da empresa;
- ✓ a política formal e os programas adotados com relação às medidas de proteção ambiental (nos casos em que tais políticas não existam, este fato deve ser declarado), as melhorias em áreas-chaves, desde a introdução das políticas, ou nos últimos cinco anos, o que for mais curto;
- ✓ os objetivos fixados na área ambiental e seu desempenho;
- ✓ a extensão em que as medidas de proteção ambiental foram adotadas de acordo com a legislação governamental e a extensão em que têm sido atendidas;
- ✓ problema ambiental conhecido e potencialmente significativo, a menos que se conclua, objetivamente, que não é provável sua ocorrência ou que, caso ocorra, não é provável que seu efeito seja material;
- ✓ o efeito financeiro ou operacional das medidas de proteção ambiental nos ganhos de capital e lucros da empresa para o período corrente e qualquer impacto específico nos períodos futuros.

Auditoria Ambiental

A auditoria para atender a mais essa necessidade de informação sobre as empresas, segundo Ferreira (1996), começou a desenvolver estudos, principalmente a partir do fato ocorrido na Índia, com a empresa Union Carbide, cuja tragédia resultou em centenas de mortes, com o vazamento de gases.

Outro fato aconteceu no Alaska/USA, com o vazamento de óleo no mar provocado pela empresa Exxon. A mesma autora diz, ainda, que ambas as empresas não faziam em suas demonstrações contábeis, no Balanço Patrimonial, nem sequer em Notas Explicativas, qualquer menção aos prováveis riscos que elas estavam incorrendo com a poluição do meio ambiente e a conseqüente necessidade de indenizar pessoas ou governos, ou, ainda, com gastos de recuperação ambiental pelos danos causados por atividades de sua responsabilidade.

Com tudo isto acontecendo, as empresas de auditoria começaram a preocupar-se em verificar se as demonstrações contábeis estavam de acordo com os Princípios de Contabilidade e com a legislação vigente; só que, até aquele momento, não abordavam, em suas análises, as contingências relativas ao meio ambiente.

Hoje, a auditoria ambiental, conforme Bergamini (1999), vem desenvolvendo suas práticas e critérios específicos e apropriados, os quais estão surgindo por meio dos trabalhos realizados pelo Comitê de Práticas de Auditoria Internacional (International Auditing Practices Committee - IAPC), juntamente com outros órgãos de Contabilidade e auditoria.

A auditoria ambiental constitui ferramenta essencial para avaliar a eficácia de todas as ações de controle, aferindo a qualidade final do processo de controle ambiental integrado ao processo industrial, não se limitando à verificação dos itens relacionados ao meio ambiente nas demonstrações contábeis.

Isto é corroborado por Martins & De Luca (1994) ao dizerem que trata-se de procedimentos de investigação, mediante os quais os projetos ambientais da empresa são avaliados diante de padrões estabelecidos por leis ou por metas previamente adotadas para a melhoria de seu desempenho. Argumentam, ainda, que as auditorias ambientais são executadas para atender a dois diferentes propósitos:

- ✓ permitir que uma empresa avalie sistematicamente seu desempenho ambiental, a fim de conseguir as melhoras necessárias; e
- ✓ verificar o desempenho ambiental de empresa no curso de uma aquisição ou fusão, permitindo que o vendedor ou comprador avalie suas responsabilidades potenciais.

A contabilidade como sistema de informação quanto à postura ambiental

A Contabilidade, como ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades, possui instrumentos necessários para colaborar na identificação do nível de Responsabilidade Social dos agentes econômicos.

Contabilidade, com o objetivo de evidenciar a situação econômico-financeira das empresas e o desempenho periódico destas, constitui um adequado sistema de informações quanto à postura ambiental das entidades. Portanto, propostas e recomendações existem no sentido de que as companhias tomem públicos os efeitos de sua interação com o meio ambiente. Os efeitos da interação da empresa com o meio ambiente, podem ser identificados mediante:

- ✓ os estoques de insumos antipoluentes para inserção no processo operacional;
- ✓ os investimentos realizados em tecnologias antipoluentes (máquinas, equipamentos, instalações, etc.);
- ✓ o montante de obrigações assumidas pela empresa para a recuperação de áreas degradadas ou de águas contaminadas, e para pagamento de penalidades ou multas decorrentes de infrações à legislação ambiental;
- ✓ as reservas para contingências constituídas com base na forte probabilidade de ocorrência de perdas patrimoniais provocadas por eventos de natureza ambiental;
- ✓ o montante de custos e despesas incorridos com vistas à contenção dos níveis de poluição e/ou por penalidades recebidas por procedimentos inadequados.

Conclusão

A sociedade, cada vez mais, exige fornecimento de informação. Nos meios de comunicação estão presentes, a cada dia que passa, as questões ecológicas ambientais e sociais. A contabilidade e os profissionais que a exercem não podem ficar de fora desta realidade.

Neste sentido, este trabalho buscou contribuir para o avanço da discussão a respeito da chamada contabilidade ambiental. Ainda temos um longo caminho para chegarmos a um padrão ideal de conhecimentos, mas assim como Pacioli a mais de 500 anos escrevia sobre o sistema de partidas dobradas, é preciso que se comece o debate, para que em um futuro, espera-se próximo, tenhamos padrões contábeis para trabalhar com a questão ambiental, mas principalmente, tenhamos gestores realmente comprometidos em garantir a preservação do nosso único refugio: o planeta azul.

Bibliografia

ARNOSTI, José Carlos Melchior. Balanço social: em busca da empresa cidadã. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. Revista do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: nº 11, 1999.

BUSATTO, Cézar. Responsabilidade social: revolução do nosso tempo. Porto Alegre: Corag, 2001.

CARNEIRO, Guido Antonio da Silva. Balanço Social: Histórico, Evolução e Análise de Algumas Experiências Seleccionadas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais de contabilidade e Normas brasileiras de contabilidade. São Paulo: Atlas. 1995.

CUNHA, Aromildo Sprenger da; PEROTTONI, Marco António. Balanço Social. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: Ano 26, nº 104, p. 12-20, mar/abr. 1997.

DE LUCA, Maria M. Mendes. Demonstração do Valor Adicionado. São Paulo: Atlas, 1998.

DONAIRE, Denis. Gestão Ambiental na Empresa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DUARTE, Gleuso Damasceno & DIAS, José Maria A. M. Responsabilidade Social: a empresa hoje. São Paulo: LTC, 1985.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade de custos para gestão do meio ambiente. Caderno de Estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. São Paulo: nº 12, p. 14-22, set. 1995.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade de custos para gestão do meio ambiente. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília - DF: ano 25, nº 101, p.72-79, set/out. 1996.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Uma Contribuição para a Gestão Econômica do Meio Ambiente - Um Enfoque de Sistema de Informações. FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP - Universidade de São Paulo - 1998. Tese de Doutorado.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Contabilidade Social. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 28, nº 120, p.28-38, nov/dez. 1999.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Contabilidade Gerencial – Contabilidade Social. VII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Canela: CRC-RS. 1999.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Balanço Social: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível. FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP - Universidade de São Paulo: 1972. Tese de Doutorado.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia M. Ecologia via contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 23, nº 86, p.20-29, mar. 1994.

MELO NETO, Francisco Paulo de & FROES, César. Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitmark, 1999.

MELO NETO, Francisco Paulo de & FROES, César. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitmark, 2001.

NEVES, Roberto Castro. Imagem Empresarial. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PEROTTONI, Marco Antônio. Balanço Social: liberdade ou obrigatoriedade? Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 27, nº 110, p. 82, mar/abr. 1998.

PEIXE, Biênio César Severo. Balanço Social: o poder de difusão da informação. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 29, nº 122, p.60-69, mar/abr. 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA Lázaro Plácido. Balanço Social. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 28, nº 115, p.72-81, jan/fev, 1999.

RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade e Meio Ambiente. FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP - Universidade de São Paulo -jul. 1992. Dissertação de Mestrado.

SÁ, Antônio Lopes de. Contabilidade e Balanço Social. [on-line] 26/06/2002. <http://www.lopesdesa.com>.

SÁ, Antonio Lopes de. Teoria da Contabilidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Odilanei Moraes dos, SILVA, Paula Danyelle Almeida da. A responsabilidade social da empresa: um enfoque ao Balanço Social. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 28, nº 118, p.74-82, jul/ago. 1999.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Ecologia, meio ambiente e contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 23, nº 89, p.243 l, nov. 1994.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social - uma abordagem sócio-econômica da contabilidade. FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP -Universidade de São Paulo -1984. Dissertação de Mestrado.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social. São Paulo: Atlas, 2001.

VARELA, Patrícia Siqueira; COSTA, Raquel da Ressurreição; DOLABELLA, Maurício Meio. Balanço Social: Demonstrativo da função social da empresa. Revista de Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte: vol. 10, nº 2, p.283 5, set. 1 999.